

Introdução à Inflação

Profa. Dra. Denise Cavallini Cyrillo

Coordenação do Projeto: Profa. Dra. Denise CavalliniCyrillo

Equipe: Beatriz Del Fiol

Giovanni Victor Sztokbant Paz

Andréa Consolino Ximenes

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Universidade de São Paulo

Janeiro de 2017

Sumário

1. Apresentação	3
Sobre a Profa. Dra. Denise Cavallini Cyrillo	4
2. Conceitos	5
Ativo de renda fixa	5
Balanço de pagamentos	5
Deflação	5
Elasticidade	6
Inflação	7
Inflação Inercial	7
IPCA	8
PIB	8
PIB nominal	8
PIB real	9
Plano Cruzado (1985-86)	9
Plano Bresser (1987)	10
Plano Collor (1990-92)	10
Plano real (1994)	11
Política de estabilização da inflação	12
Preços relativos	12
Taxa de câmbio	12
3. Organizações	13
FGV	13
FIPE	13
IBGE	13
4. Notícias	14
Deflação Japonesa	14
Inflação Brasileira 2016	14
Saldo da Balança Comercial Brasileira	14
5. Bibliografia	15

1. Apresentação

Este material é parte integrante do projeto “A conjuntura Econômica no Tempo”, coordenado pela Profa. Dra. Denise Cavallini Cyrillo, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAUSP), que tem por objetivo criar um acervo de palestras sobre a conjuntura econômica brasileira para disponibilizar ao público interno e externo à USP por meio do portal da FEA. O projeto contou, no início, com o apoio da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo. As palestras foram ministradas no âmbito da disciplina EAE0113 - Introdução à Análise da Conjuntura Econômica, para os alunos ingressantes do Bacharelado em Ciências Econômicas da FEA-USP.

A aula de introdução à economia e à macroeconomia foi ministrada pela Profa. Dra. Denise Cavallini Cyrillo, no dia 29 de fevereiro de 2016.

O presente documento visa complementar algumas informações da palestra a fim de tornar sua compreensão mais ampla e estender o alcance do conhecimento produzido na Universidade para a comunidade externa, incluindo o público leigo, contribuindo para o fortalecimento da Extensão Universitária, que compõe, juntamente, com a Pesquisa e Ensino, o tripé da Universidade de São Paulo.

Optou-se por apresentar os conceitos desta apostila na forma de verbetes, em ordem alfabética, para que o leitor possa consultar diretamente as informações pelas quais tenha mais interesse.

Esperamos que o leitor considere a leitura agradável e produtiva e que esse material desperte interesse pelo estudo do cativante universo da Economia.

Bons Estudos!

Sobre a Profa. Dra. Denise Cavallini Cyrillo

Economista formada pela Universidade de São Paulo (1973), mestre (1977) e doutora (1987) em economia pela mesma universidade. Atualmente é professora associada do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEAUSP), responsável pelo Projeto Integrado em Nutrição Humana Aplicada (PRINUTHA) e membro do Núcleo de Apoio a Pesquisa em Alimentos e Nutrição da USP (NAPAN). Acumula ainda a função de presidente da Comissão de Cultura e Extensão da FEAUSP.

2. Conceitos

Ativo de renda fixa

O ativo de renda fixa¹ é aquele cuja remuneração é estipulada no momento da compra e não depende de nenhum fator exceto as regras do contrato. Dessa forma, o ativo de renda fixa, que inclui cláusula de reajuste pela inflação em seu contrato, apresenta risco menor e maior segurança para o investidor. São exemplos de ativos de renda fixa a Nota do Tesouro Nacional (NTN), um título público, e o Certificado de Depósito Bancário (CDB), um título privado.

Ao contrário dos ativos de renda fixa, os preços dos ativos de renda variável são sujeitos a flutuações, o que reflete em sua remuneração. São exemplos de ativos de renda variável as ações, o ouro e o dólar.

Balanço de pagamentos

O balanço de pagamentos² é um conjunto de contas que resume as transações de um país com todos outros países do mundo, o que inclui não apenas os fluxos comerciais (exportações e importações), mas também os financeiros (empréstimos, investimento externo direto, remessas de lucros, dentre outros). Se um país importa mais do que exporta e não recebe capitais estrangeiros, ele terá um saldo negativo (déficit) no balanço de pagamentos. No caso contrário, terá superávit.

Deflação

Deflação³ é o nome dado para uma taxa de inflação abaixo de zero, isto é, uma taxa de inflação negativa. Uma vez que a inflação é prejudicial, pode-se concluir erroneamente que a deflação seria benéfica. O erro desse raciocínio deriva do fato de a deflação prejudicar o crescimento do produto: considerando que a taxa de juros real é a taxa de juros nominal menos a taxa de inflação, quando esta for negativa verificar-se-á uma elevação da taxa de juros real, prejudicando os investimentos e o consumo. Dessa forma, uma deflação persistente reduz a demanda da economia, o que se reflete em uma redução do nível de

¹ BRASIL, 2016

² BLANCHARD, 2011, p. 346.

³ CARLIN; SOSKICE, 2006, p. 158

produto. Portanto, na presença de deflação a economia tende à recessão e a recuperação é mais difícil.

Elasticidade

Elasticidade⁴ é um conceito econômico que se refere à sensibilidade de uma variável econômica ao efeito de outra variável. Essa ideia pode ser aplicada a muitas variáveis, porém, as mais comuns são as elasticidades preço (demanda e oferta) e renda.

A elasticidade preço da demanda de um bem indica a mudança na quantidade demandada em resposta a uma variação do seu preço. De modo mais preciso, a elasticidade preço da demanda indica a variação percentual da quantidade demandada em resposta a uma variação percentual do preço. Suponha que o preço de um determinado bem aumente de R\$8 para R\$10 (aumento de 25%) e que, em razão disso, a quantidade demandada caia de 20 unidades para 10 unidades (queda de 50%). Nesse caso, a elasticidade preço da demanda daquele bem é dada pela razão entre a variação percentual da quantidade (50%) e a variação percentual do preço (25%), o que resulta uma elasticidade igual a dois.

A elasticidade preço da oferta indica a variação percentual da quantidade ofertada em resposta a uma variação percentual do preço. O cálculo da elasticidade preço da oferta é, portanto, análogo ao da elasticidade preço da demanda.

As ofertas e demandas podem ser classificadas em três categorias principais, de acordo com as elasticidades preço:

- Inelástica: Quando uma elasticidade é inferior a um (em módulo) diz-se que a oferta/demanda é inelástica, ou seja, uma variação percentual do preço do bem leva a uma variação percentual menor na quantidade ofertada/demandada.
- Elasticidade Unitária: Quando a elasticidade é igual a um (em módulo), diz-se que a oferta/demanda tem elasticidade unitária, ou seja, uma variação percentual do preço implicará uma variação percentual de igual magnitude da quantidade ofertada/demandada.
- Elástica: Quando a elasticidade é maior do que um (em módulo), diz-se que há uma oferta/demanda elástica, ou seja, uma variação percentual do preço provoca uma variação percentual maior na quantidade ofertada/demandada.

Também se pode aplicar o conceito de elasticidade preço da demanda à relação entre diferentes bens. Essa é denominada elasticidade cruzada da demanda, que indica a

⁴ STOCKMAN, 1996, p. 101 – 109

mudança na demanda de um bem, por exemplo, café, em resposta a uma mudança no preço de outro bem, por exemplo, chá. De acordo com a elasticidade cruzada pode-se classificar os bens em substitutos (quando a elasticidade cruzada é positiva), complementares (quando a elasticidade cruzada é negativa) e independentes (quando a elasticidade cruzada é nula).

A elasticidade renda da demanda de um bem indica a mudança na demanda desse bem em resposta a uma variação da renda dos consumidores. De acordo com a elasticidade renda pode-se classificar o bem em normal (quando a elasticidade renda é positiva), superior ou supérfluo (quando a elasticidade renda é positiva e maior do que a unidade), e inferior (quando a elasticidade renda é negativa).

Inflação

A inflação⁵ é o aumento persistente e generalizado dos preços da economia. A taxa de inflação é um indicador do aumento percentual do nível geral de preços (NGP). Se, por exemplo, a taxa de inflação for de 10% ao ano, uma pessoa que gaste R\$100,00 em uma compra gastará aproximadamente R\$110,00 caso faça a mesma compra no ano seguinte. Todavia esse exemplo dificilmente ocorrerá na vida prática, porque durante processos inflacionários, os preços das mercadorias individuais não aumentam todos na mesma proporção. A inflação causa distorção nos preços relativos, ou seja, os preços de algumas mercadorias aumentam mais, e outros menos, do que a média dos preços (NGP).

Inflação Inercial

O caráter inercial da inflação⁶ se explica pelo fato de os aumentos de preços em um período serem influenciados pelo aumento anterior do NGP. Em outras palavras, os preços sobem hoje porque subiram ontem. Para manter o poder de compra dos trabalhadores, os aumentos de preços são compensados por aumentos salariais e estes por sua vez elevam a demanda por bens e serviços, que pressiona os preços, resultando em novos aumentos. Em momentos de elevada e persistente inflação, como os anos anteriores ao plano real, os reajustes de preços e salários ocorreram em intervalos de tempo cada vez menores. A este fenômeno, de reajuste em função da inflação do período anterior, dá-se o nome de indexação.

⁵ MANKIW, 2001, p. 13.

⁶ RESENDE, 1985

IPCA

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ⁷ é o indicador oficial da inflação brasileira e é calculado todos os meses pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É um indicador do custo de vida de famílias com renda de um a quarenta salários mínimos das regiões metropolitanas das principais capitais brasileiras, avaliando os preços do varejo.

PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) ⁸ é o valor total da produção de bens e serviços finais de um país em determinado período de tempo. Por bens e serviços finais entende-se aquilo que não será destruído para a produção de outros bens e serviços (como os insumos). Essa distinção é importante para evitar a dupla contagem, isto é, para que o valor dos insumos não entre duas vezes no cômputo do PIB, uma vez como valor produzido do próprio setor do insumo e outra no valor do bem final, já que o valor do insumo também estará embutido neste.

O PIB pode ser calculado segundo três óticas:

- A ótica do produto considera o valor adicionado à produção por cada setor da economia. Nesse caso, o PIB equivale à soma dos valores adicionados.
- A ótica da despesa busca computar o PIB por meio dos gastos dos agentes econômicos. Nesse caso, o PIB equivale à soma da demanda de consumo, investimento, gastos do governo e exportações líquidas.
- A ótica da renda considera a remuneração dos fatores de produção, ou seja, os salários, os alugueis e os lucros. Nesse caso, o PIB equivale à soma dessas remunerações.

PIB nominal

O PIB nominal ⁹, também chamado de PIB em moeda corrente, indica a produção de bens e serviços finais de uma economia avaliada aos preços do período em que foram produzidos. Nesse caso, o PIB aumentará em caso de aumento da produção ou em caso de aumento do nível dos preços. Assim, é possível haver um aumento do PIB nominal mesmo que haja uma queda na produção real em virtude da inflação (aumento do Nível Geral dos Preços). Assim,

⁷ BRASIL, 2016

⁸ SIMONSEN; CYSNE. 2007, p. 146 – 149

⁹ BLANCHARD, 2007, p. 22

o PIB nominal não é uma variável útil para análises econômicas, como por exemplo, a análise do crescimento econômico do país em determinado período de tempo.

PIB real

O PIB real¹⁰, também chamado de PIB em moeda constante, indica a produção de bens e serviços finais de uma economia avaliada aos preços de um mesmo período. Dessa forma, um eventual aumento do Nível Geral dos Preços não é computado no PIB real. A análise do PIB real permite ter uma ideia mais precisa da evolução do nível de produção da economia, considerando apenas as variações dos preços relativos dos bens e serviços produzidos no período.

Para o cálculo do PIB real, escolhe-se um ano qualquer que passa a ser chamado de ano-base. A partir daí, congelam-se os preços do ano base e avalia-se a produção dos demais anos sempre no mesmo nível de preços, o que faz com que a inflação seja expurgada do cálculo do produto real. De fato, para a avaliação da evolução do PIB real deve-se inflacionar (ou deflacionar) a série histórica utilizando o índice de inflação oficial (atualmente o IPCA), a partir uma data base.

Plano Cruzado (1985-86)

O Plano Cruzado¹¹ foi elaborado pelo governo do presidente José Sarney, cujo ministério continha economistas de diferentes correntes de pensamento em razão da ampla aliança formada para por fim à ditadura militar. À época, a principal meta da política econômica era o controle da inflação, cuja taxa anual havia superado os 200% em 1984. O Plano Cruzado foi, portanto, uma tentativa de romper a tendência inflacionária que, entre outros problemas, desajustava os preços relativos da economia. O Plano Cruzado introduziu uma nova moeda e procurou evitar grandes mudanças no padrão de distribuição de renda, isto é, impedir a transferência de renda aos credores. Os preços foram congelados, o que fez com que vários setores cujos preços estavam defasados fossem surpreendidos. Estabeleceu-se que a oferta de moeda seria definida em função da demanda e que a taxa de juros seria variável. Com relação à política fiscal, esperava-se o aumento da receita através da elevação do Imposto de Renda sobre os ganhos de capital das operações

¹⁰ BLANCHARD, 2007, p. 22

¹¹ VASCONCELLOS; TONETO; GREMAUD, 1999, p. 273 – 280

financeiras, porém, dadas as medidas para evitar que a renda se transferisse aos credores, esses ganhos foram eliminados, o que impediu a arrecadação.

Em um primeiro momento o plano atingiu seu objetivo de reduzir a inflação, o que rendeu forte apoio popular, porém, o plano ficou, cada vez mais, restrito ao congelamento dos preços. Em razão dos preços defasados e da elevação da renda real, verificou-se uma explosão do consumo (excesso de demanda) que resultou em escassez de produtos básicos, o que provocou aumento das importações e dos subsídios, piorando a situação fiscal e o balanço de pagamentos.

Em fevereiro de 1987, o governo liberou os preços em razão da insustentabilidade dos controles. Com isso, salários e preços passaram a ter reajustes cada vez mais frequentes, retomando a lógica inflacionária.

Plano Bresser (1987)

O Plano Bresser¹² foi um plano de emergência anunciado em junho de 1987 com vistas a evitar a hiperinflação. Suas principais medidas foram o congelamento de preços, salários e aluguéis e a desvalorização cambial (ver taxa de câmbio). O plano foi bem sucedido na recuperação da balança comercial, na redução do déficit público e, de fato, obteve uma redução inicial da inflação. Por outro lado, o Plano Bresser derrubou a produção da indústria e manteve o desequilíbrio dos preços relativos, o que contribuiu para a retomada da inflação nos meses seguintes.

Plano Collor (1990-92)

Após os vários fracassos do governo Sarney para debelar a inflação, o governo Collor começou tendo o combate à inflação como principal objetivo. O governo partiu de uma nova tese, segundo a qual além dos desarranjos fiscal e monetário, o excesso de liquidez era uma das fontes da elevada inflação brasileira. Nesse caso, a facilidade com que se convertiam os ativos financeiros em dinheiro produzia aumentos abruptos da demanda agregada que resultavam em elevações dos preços.

Baseado nesse pressuposto, a principal medida adotada pelo chamado Plano Collor¹³ foi o bloqueio de depósitos bancários e de depósitos de poupança, além de diversos outros ativos do mercado financeiro. Além disso, o plano previa um forte ajuste fiscal,

¹² VASCONCELLOS; TONETO; GREMAUD, 1999, p. 280 – 282

¹³ VASCONCELLOS; TONETO; GREMAUD, 1999, p. 284 – 287

privatizações, adoção de câmbio flutuante (taxa de câmbio varia em função da disponibilidade de moeda estrangeira no mercado) e o início de um processo de abertura comercial com forte redução das tarifas para importação.

O confisco dos ativos financeiros de fato congelou o estoque de moeda, reduzindo a taxa de inflação, porém, os efeitos do plano Collor sobre o sistema produtivo foram devastadores: queda brutal da produção, demissões, cortes salariais e desorganização dos pagamentos. Com o advento de várias pressões, não demorou muito para que, logo após o plano, se iniciasse um processo de devolução de liquidez à economia, o que ocorreu de maneira desproporcional entre os diversos setores. A aceleração inflacionária decorrente provocou a substituição da ministra da fazenda, Zélia Cardoso de Mello, porém, o novo ministro não teve tempo para colocar em prática um novo plano econômico, dado que, em 1992, a crise política provocou o impeachment do presidente.

Apesar dos contratemplos, o governo Collor iniciou a discussão sobre as privatizações, que seriam aceleradas nos anos seguintes, e promoveu mudanças no comércio exterior, com a abertura comercial.

Plano real (1994)

O Plano Real¹⁴ foi concebido no governo do presidente Itamar Franco com o objetivo de estancar o processo inflacionário após os fracassos dos planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor.

O plano foi executado em três fases. A primeira contou com um ajuste fiscal sustentado pela elevação da receita tributária e pela maior flexibilidade dos gastos do governo, o que permitiu equilibrar o orçamento e acumular reservas. A segunda fase foi baseada na criação da Unidade Real de Valor (URV), que passou a ser a nova unidade de conta e permitiu o ajuste dos preços relativos. Por fim, a terceira fase foi a transformação da URV em uma nova moeda, o Real, que entrou em circulação no dia primeiro de julho de 1994.

O sucesso do plano se deve, em parte, às vantagens herdadas do período anterior, como a abertura comercial e a grande entrada de dólares no Brasil, gerando uma reserva de divisas que pode fazer frente às necessidades de importação. Com a entrada de produtos estrangeiros e o câmbio valorizado, os preços internos tiveram de se ajustar aos preços internacionais, o que facilitou o controle da inflação.

¹⁴ VASCONCELLOS; TONETO; GREMAUD, 1999, p. 287 – 295

Política de estabilização da inflação

O principal instrumento da política monetária para o controle da inflação¹⁵ é a taxa de juros, cuja elevação é feita com vistas à contenção do aumento dos preços. O mecanismo de transmissão dessa política pode ser resumido da seguinte forma: a elevação das taxas de juros encarece o crédito, o que reduz o consumo e os investimentos e estimula a poupança. Consequentemente há uma redução da demanda por bens e serviços, o que desfavorece os aumentos de preços.

Preços relativos

O preço relativo¹⁶ é a forma de expressar o valor de um determinado bem Y em termos de um bem X qualquer. Em outras palavras, pode-se dizer que os preços relativos nos permitem medir o valor de qualquer bem em relação a um bem específico. Para se ter um exemplo, suponha um bem X que custe R\$4,00 e um bem Y que custe R\$20,00. Assim, uma nota de vinte reais conseguirá comprar uma unidade do bem Y ou cinco unidades do bem X, o que é o mesmo que afirmar que o preço de Y em relação a X é cinco (1Y vale 5X). Se, por algum motivo, o preço do bem X duplicar, o preço do bem Y também terá de duplicar para que seja mantido o preço relativo entre eles. Caso se verifique que o preço de X duplicou e o preço de Y ficou estável, o preço do bem Y terá se reduzido (de 5X para 2,5X).

Taxa de câmbio

Taxa de câmbio¹⁷ é a taxa de conversão da moeda de um país na moeda de outro país. Em outras palavras, a taxa de câmbio é o valor da moeda estrangeira em termos de moeda nacional. Se a taxa de câmbio praticada por um banco for R\$3/US\$, por exemplo, a cada três reais que uma pessoa entregar ao banco, receberá um dólar. Quando o dólar se torna mais caro em termos de reais, dizemos que o real foi desvalorizado ou que a taxa de câmbio em reais por dólar subiu. Quando acontece o contrário, dizemos que o real foi valorizado ou que a taxa de câmbio em reais por dólar caiu. Esses termos podem parecer confusos, mas a intuição é simples: se alguém diz que a taxa de câmbio em reais por dólar caiu, significa que são necessários menos reais para comprar um dólar. Logo, é intuitivo perceber que o real se apreciou. Em 23 de agosto de 2016, a taxa de câmbio estava em R\$ 3,23/US\$¹⁸.

¹⁵ CARLIN; SOSKICE, 2006, p. 85

¹⁶ VARIAN, 2006, p. 615

¹⁷ MANKIW, 2001, p. 668.

¹⁸ UOL ECONOMIA

3. Organizações

FGV

A Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹⁹ foi criada em 1944 com vistas a formar profissionais qualificados nas áreas de administração pública e privada. Atualmente, realiza estudos encomendados pelos setores público e privado e por organismos internacionais como o Banco Mundial. Seu instituto de economia (IBRE) elabora indicadores e relatórios que contribuem para a política econômica brasileira. Dentre seus principais indicadores econômicos estão o Índice Geral de Preços (IGP), o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) e diversos índices setoriais.

FIPE

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE²⁰) foi fundada em 1973 para auxiliar o Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEAUSP). A FIPE tem reconhecida atuação nas áreas de pesquisa, ensino e projetos e se destaca por formular importantes indicadores econômicos do mercado brasileiro, dentre os quais se destacam o Índice de Custo de Vida de São Paulo (ICV), o Índice de custos de obras Públicas (IPOP), e a Tabela de preços médios de Veículos (Tabela FIPE).

IBGE

Criado em 1937 a partir da fusão do Instituto Nacional de Estatística (INE) com o Conselho Brasileiro de Geografia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²¹ é o “principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal”. É responsável por importantes pesquisas como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e o Censo, que ocorre uma vez a cada dez anos em todo o país. Sua missão institucional é “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”.

¹⁹ FGV, 2016

²⁰ FIPE, 2016

²¹ IBGE, 2016

4. Notícias

Deflação Japonesa

Economia do Japão está paralisada pela cautela. UOL Notícias.

Leia a notícia na íntegra:

<http://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/paul-krugman/2015/09/11/economia-do-japao-esta-paralisada-pela-cautela.htm>

Inflação Brasileira 2016

Banco Central projeta inflação de 7,3% este ano e recuo para 4,4% em 2017.

Leia a notícia na íntegra:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-09/banco-central-projeta-inflacao-de-73-este-ano-e-recuo-para-44-em-2017>

Saldo da Balança Comercial Brasileira

Balança comercial tem superávit recorde de US\$28,2 bilhões até julho.

Leia a notícia na íntegra:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/08/balanca-comercial-tem-superavit-recorde-de-us-282-bilhoes-ate-julho.html>

5. Bibliografia

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 4 ed. São Paulo, Pearson 2007.

_____. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

BRASIL. Governo Federal. Portal Brasileiro de Dados Abertos. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**. [s.l.], 2016. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo-ipca>>. Acesso em: 03 nov. 2016

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita federal do Brasil. **Aplicações Financeiras – Renda Fixa e Renda Variável**. [s.l.], 2016. Disponível em: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/IRPF/2006/perguntas/AplicFinanRenFixaRenVariavel.htm#wrapper>>. Acesso em: 08 out. 2016

CARLIN, W.; SOSKICE, D. **Macroeconomics: imperfections, institutions and policies**. Oxford University Press, 2006.

CYRILLO, D. C. **Currículo do Sistema de Currículos Lattes**. São Paulo, 02 out. 2016. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780813U9>>. Acesso em: 09 nov. 2016

FGV. **Institucional**. [s.l.], 2016. Disponível em: <<http://portal.fgv.br/institucional-fgv>>. Acesso em: 13 out. 2016

FIPE. **Quem somos**. [s.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.fipe.org.br/pt-br/institucional/quem-somos/>>. Acesso em: 31 out. 2016

IBGE. **Missão**. [s.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/default.shtm>>. Acesso em: 31 out. 2016

MANKIWI, N. G. **Introdução à Economia**. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2001.

RESENDE, A. L. A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 130-134, abr./jun. 1985

Introdução à Inflação

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

STOCKMAN, A. C. **Introduction to Economics**. 2. ed. Orlando, Flórida: Dryden Press, 1996.

UOL ECONOMIA. **Câmbio**. Cotações. Disponível em: <[HTTP://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio](http://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio)>. Acesso em: 23 ago. 2016

VARIAN, H. **Microeconomia: princípios básicos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JÚNIOR, R.; GREMAUD, A. P. **Economia Brasileira Contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Atlas S. A., 1999.

A CONJUNTURA ECONÔMICA NO TEMPO

Projeto Fomento da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

Reitor

Prof. Dr. MARCO ANTONIO ZAGO

Pró-Reitor de Cultura e Extensão

Prof. Dr. MARCELO DE ANDRADE ROMÉRIO

Diretor da FEA

Prof. Dr. ADALBERTO FISCHMANN

Comissão de Cultura e Extensão da FEAUSP

Profa. Dra. DENISE CAVALINNI CYRILLO – Presidente

Prof. Dr. GILMAR MASIERO – Vice-Presidente

Chefe do Departamento de Economia da FEAUSP

Prof. Dr. HELIO NOGUEIRA DA CRUZ

Coordenação do Projeto

Profa. Dra. Denise Cavallini Cyrillo

Equipe do Projeto

Beatriz Del Fiol

Giovanni Victor Sztokbant Paz

Jefferson Lécio Leal

Vinicius Curti Cícero

Equipe Técnica

Andréa Consolino Ximenes – Design Instrucional e Finalização

Paulo Henrique Marinho Lopes – Finalização

Jéssica Alves Vassaitis – Finalização

Olivia Cavallari - Finalização

Eduardo Custódio - Gravação

Noel Ribeiro – Gravação

Valter de Oliveira Lima - Gravação

